Comissão adia votação do parecer do orçamento

CORREIO BRAZILIENSE

09 NOV 1989

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso decidiu transferir para o dia 20 de novembro a votação do parecer preliminar do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) sobre o Orçamento Geral da União para 1990. A avaliação do relatório deveria ter sido realizada ontem, mas os membros da Comissão preferiram esperar que os tetos máximos de cada área sejam fixados. "Até lá, serão feitos destaques e indicações (no Orçamento), até a próxima sexta-feira", explicou Tinoco. Até o dia 20, ele também irá "estudar outros remanejamentos", dentro das sugestões apresentadas pelos parlamentares.

Apesar do atraso, Tinoco acredita que o cronograma que foi estabelecido para a aprovação do Orçamento ainda poderá ser cumprido. No dia 22, deverá começar a apresentação e votação dos pareceres parciais, trabalho que deve terminar no dia 27. Para que os relatores parciais possam realizar plenamente suas funções, precisam ter prontos os tetos de cada área. Mesmo assim, Tinoco espera que os relatores iniciem o

trabalho de "desbastar" a selva de emendas apresentadas ao Orçamento — mais de três mil. "Dá para ir separando as emendas prioritárias e que estão amparadas pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)", afirma o deputado. Em princípio, o Orçamento aprovado pela Comissão teria de ser votado em plenário antes do recesso de fim de ano.

CORTES

No parecer preliminar que ofereceu ontem à Comissão, Tinoco propõe cortes orçamentários em 11 setores, em um total de NCz\$ 450 milhões (valores de maio). O bistrúo do deputado sangrou mais a área militar. Só do Ministério da Aeronáutica ele propõe reduzir as verbas em NCz\$ 150 milhões (originalmente seriam 2,9 bilhões). O segundo maior corte é no Ministério do Exército, que perderia, pelo parecer inicial, NCz\$ 100 milhões (NCz\$ 3,15 bilhões) e em terceiro fica a Marinha, com menos NCz\$ 80 milhões nas suas previsões (de NCz\$ 2,7 bilhões).

Ele avalia que o corte "não

implicará em prejuízos, incontornáveis para o setor". O relator também propõe diminuir em NCz\$ 20 milhões o orçamento do Estado Maior das Forças Armadas, (que estava previsto em NCz\$ 182,2 milhões).

Pelo parecer, ainda seriam cortados os orçamentos da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (NCz\$ 29 milhões dos NCz\$ 97 milhões originais), Instituto do Açúcar e do Alcool (NCz\$ 21 milhões dos NCz\$ 225,9 milhões pretendidos), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — Embrapa — (menos NCz\$ 21 milhões dos NCz\$ 144,8 milhões), Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (NCz\$ 10 milhões cortados de NCz\$ 108 milhões), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — Inmetro — (Perderia NCz\$ 10 milhões dos NCz\$ 98,9 milhões propostos), Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN — (NCz\$ 5 milhões dos NCz\$ 143,8 milhões) e Tribunal de Contas da União (NCz\$ 5 milhões).